

Vínculos e contexto social: interrogando experiências

Angela Piva¹

O honroso convite para participar desta mesa provocou-me grande impacto e muitas inquietações: o que posso eu, desde minha condição de mulher, cidadã brasileira, psicanalista, professora, esposa e mãe, abordar sobre um tema tão complexo e controverso?

O fio condutor deste congresso, me levou inevitavelmente à interrogação sobre minhas próprias experiências de pertença social e seus efeitos sobre mim. A primeira que surgiu me leva à infância, quando o Golpe Militar de 64, bate á porta de nossa casa, no meio da noite e leva meu pai para interrogatório. Como herança familiar e social deste período, trago um modelo que privilegia a necessidade de uma ação social comprometida e crítica. Tal postura encontrou ressonâncias anos mais tarde, em dois colegas, um deles, meu marido, Cesar Bastos, quando inconformados com certa postura de clausura científica da psicanálise em nosso meio, nos associamos para fundar o Contemporâneo - Instituto de Psicanálise e Transdisciplinaridade de Porto Alegre.

Nosso desafio até hoje, 15 anos depois, é oferecer um programa de formação no qual o conhecimento psicanalítico possa originar e ser re-originado a partir de perspectivas de áreas tão diversas do conhecimento, como a filosofia, a antropologia, a psicologia, a neurociência, a física, a arte, a literatura, etc. Igual desafio é manter uma clínica social, ofertando possibilidades de atendimentos que nossa rede pública de saúde não consegue contemplar. A resposta desta ação está materializada no expressivo número de 2000 consultas mensais. Elas nos confrontam com inúmeras situações atravessadas por problemáticas do social, e impõem a necessidade de se construir um "lugar de pensamento", para dar conta destas diferentes subjetividades e das verdades singulares que advém da pertença a contextos vinculares e sociais muito distintos.

¹ Psicóloga, Psicanalista, Diretora do Contemporâneo – Instituto de Psicanálise e Transdisciplinaridade de Porto Alegre. Membro associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre.

O vínculo com Isidoro Berenstein, Janine Puget e Silvia Gomel, também me trouxe até este momento, meu testemunho pretende ser uma forma de reconhecimento à generosidade de partilharem seus conhecimentos, que nos possibilitou criar o primeiro curso de formação de Psicanálise das Configurações Vinculares no Brasil. A coragem e a militância para enfrentar e questionar o paradigma psicanalítico tradicional, desenvolvendo novas possibilidades teóricas e clínicas, sempre me foi familiar e revitalizador.

Este conjunto de histórias de meu próprio imaginário reflete também, a potência criadora do imaginário social, a qual nos permite conhecer, julgar, pensar, sob determinada ótica que lhe é própria e que lhe confere singularidade. Por esta via associativa, me aventuro a refletir sobre alguns elementos presentes no imaginário de meu país, que se caracteriza como uma nação de grande diversidade racial e cultural.

No imaginário do descobrimento do Brasil, o colonizador trouxe consigo vários mitos e lendas. A maioria dava conta de que o Brasil seria um dos lugares paradisíacos da mitologia medieval, como Cocanha - país do ócio, das orgias, do calor e da abundância, o Éden -paraíso e o Eldorado. Na - "argumentação"- cristã, o ouro não representava riqueza, mas purificação, e por isso se justificavam todos os meios, para dele se apropriar, inclusive guerras, e matanças (XAVIER, C. 2008).

A visão paradisíaca da nossa terra começou com os primeiros europeus. Ela já está presente na carta de Caminha, escrivão da armada portuguesa de Pedro Alvarez Cabral, em suas descrições que a comparam com o paraíso.

Em pesquisa realizada pelo Datafolha (2003) em todo território nacional, 85%, dos entrevistados referem ter muito orgulho de ser brasileiro; 61% veem o Brasil como um país ótimo ou bom para viver; 72% o consideram muito importante no cenário mundial. Este levantamento reforça as linhas mestras das pesquisas equivalentes realizadas nos últimos anos. E há quem sustente que os resultados seriam os mesmos há mais de 500 anos. Uma

dessas pessoas é Murilo Carvalho (1998) que usa o termo "razão edênica" para justificar o orgulho que acompanha o povo brasileiro. Em pesquisa coordenada por ele, (1997) ouviu como resposta à pergunta 'por que você se orgulha do Brasil?,' a frase "por ser um país no qual se plantando tudo dá". Exatamente uma das idéias contidas na descrição de Pero Vaz de Caminha a qual atravessa o nosso imaginário até hoje. Uma questão pertinente que o pesquisador levanta é porque os brasileiros não conseguem encontrar, em suas conquistas diversas razões para seu orgulho patriótico e segue associando seu orgulho à natureza?

"Moro num país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza.

Mas que beleza....- Em fevereiro tem carnaval..."

E por aí vai, a canção de Jorge Bem Jor, quase um hino nacional.

Talvez se possa encontrar algumas respostas nas raízes constituintes do imaginário brasileiro: o **etnocentrismo**, base criadora de significação desqualificante do outro; o **colonialismo**, que legitima a conquista e a exploração; o **escravagismo**, que legitima a apropriação incondicional da liberdade da pessoa e institui uma ação de segregação social histórica. Pelo visto ainda temos muito que fazer para alterar este tipo de produção simbólica a qual se orienta no sentido de uma sujeição passiva. (BANDEIRA, M.L. 1994, p. 129)

Nesta linha de pensamento Carvalho (1998) também chama a atenção que, entre as características referidas que melhor definem o brasileiro sejam : sofredor 74,1%, trabalhador 69,4% , alegre 63,3% ; conformado 61,4%. Ressalta, neste conjunto é a idéia de Passividade: Trabalho, Sofrimento, Conformismo. Da passividade para a posição de vítima, não precisa muito.

De acordo com estes indicadores de nosso imaginário social, ainda predomina a noção de que o brasileiro é um sofredor, impotente, e não responsável pelas constantes confirmações de má gestão do dinheiro público, marcada com práticas de clientelismo, corrupção em todas as esferas legais, que deveriam promover o desenvolvimento e proteger a comunidade. Certamente que tal constatação, também tem um efeito de desestimular uma participação no

espaço político, que se confunde com fazer "política", e esta anda um tanto quanto desacreditada em nossos dias.

Devemos refletir, por outro lado, que o desinteresse no fazer político, também se associa à produção de subjetividades que valorizam o íntimo e o individual e se reconhecem, prioritariamente, a partir de modelos identificatórios constituídos no e pelo privado. A delimitação do público e do privado, com o superinvestimento no íntimo e no familiar como constitutivos da subjetividade moderna, "facilita" a construção e a manutenção da crença na importância do privado concomitante à desvalorização do público. Isto acontece já que o próprio processo de constituição subjetiva opera a partir do molde valorativo de um espaço em detrimento do outro e estabelece o suporte psíquico necessário à manutenção desse aspecto da ordem social. (SOUZA, M. 2006)

No entanto, infelizmente, parece que ainda não surgem indicadores consistentes em nosso imaginário social que reconheçam como motivo de valor e orgulho a capacidade extraordinária de mobilização política pacífica de nosso povo nos movimentos como as Diretas Já (1983-84), os fiscais do governo Sarney (1986), na época da inflação vertiginosa, pelo impeachment do presidente Collor em 1992, e tantos outros. Por isso, quero chamar a atenção e dar espaço para tratar da lei Maria Penha, a qual se configura como um emocionante exemplo da única lei viva do nosso país. E que para mim, se apresenta como uma quebra deste paradigma de conformismo, passividade e sofrimento.

O caso de Maria da Penha Maia Fernandes foi homenageado pela denominação atribuída à lei 11.340, aprovada pelo Congresso Nacional em 7 de agosto de 2006. Dentre as várias mudanças promovidas pela lei está o incremento do rigor no tratamento das agressões contra a mulher ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. A lei entrou em vigor no dia 22/09/2006 e no dia seguinte, o primeiro agressor foi preso no Rio de Janeiro, após tentar estrangular sua mulher.

Maria da Penha, durante seis anos era espancada diariamente de forma brutal e violenta pelo marido. Por duas vezes ele tentou assassiná-la. A primeira com arma de fogo, deixou-a paraplégica, Na segunda, usou eletrocussão e afogamento. Nesta época, com grande repercussão na mídia, haviam ocorrido alguns casos de mulheres assassinadas pelo marido, os quais foram absolvidos, com o argumento de "ação em legítima defesa da honra". Fez a denúncia das agressões sofridas, mas o marido só foi punido depois de 19 anos de julgamento e ficou apenas dois anos em regime fechado, motivo de revolta dela com o poder público. Apesar de ter ficado paraplégica, Maria não ficou mais paralisada no seu fazer político. Junto com o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem) formalizou uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, órgão responsável pelo arquivamento de comunicações decorrentes de violações desses acordos internacionais. No processo a OEA condenou o Brasil por negligência e omissão. Uma das punições foi a recomendação para que fosse criada uma legislação adequada a esse tipo de situação.

Atualmente, a lei está na "boca do povo" e é considerada pela ONU como uma das três melhores leis do mundo, pertinente a esta matéria. Foram feitos avanços no sentido de incluir na definição de violência doméstica, além das agressões físico e sexuais, também as psicológicas, morais e patrimoniais.

Esta produção se configura como um exemplo privilegiado de mudança de paradigma, em que uma situação de violação e dessubjetivação extrema, encontra sua via de elaboração no espaço público e assim, também o transforma. Seus efeitos, se fazem sentir em vários níveis, impulsionando a necessidade de criar centros de atendimento e de pensar diferentes estratégias de intervenção que transcendem o acolhimento e o encaminhamento legal da situação. As "Marias" que encontram respaldo na lei são de diferentes classes sociais. Elas, também, surgem na clínica privada, como é o caso de Maria Helena e sua filha, que me procuram no decurso de um divórcio violento, situação em que o amparo legal foi um elemento decisivo para a construção de outras possibilidades de existência. Elas surgem também em reflexões como a da pequena Maria de 9 anos, sobre a relação deteriorada dos

pais: "se o meu pai continuar daquele jeito, a minha mãe vai ter que usar a lei Maria da Penha para poder se defender."

Vem do programa ViraVida, desenvolvido pelo Conselho Nacional do SESI, outro exemplo de mudança de paradigma, de um imaginário social que identifica o Brasil como o país do carnaval, do futebol, repleto de mulheres bonitas, imagem confirmada através da promoção do chamado turismo sexual, que vende pacotes turísticos incluindo a exploração sexual de menores e o tráfico de crianças e adolescentes para este fim. Tal programa está sendo implantado em todas capitais do Brasil, com o objetivo de oferecer aos jovens expostos a esta condição de violência, outras possibilidades de inserção social, através de programas de profissionalização alinhados com a demanda de cada região. Embora seja um programa excelente e que conta com recursos expressivos para sua viabilização, colocam-se imensos desafios para que haja adesão a ele, tanto de ordem social, quanto das próprias famílias beneficiadas pelo programa.

No Instituto Contemporâneo, nosso grupo de investigação e intervenção Sobre a Violência surgiu como uma forma de mobilização social e científica em resposta aos desafios impostos pelo atravessamento de múltiplas situações de violência que perpassavam pela a prática clínica. Elas geravam inevitavelmente, profundo sentimento de impotência e de impossibilidade, correndo-se o risco de acomodação ou desestimação desta realidade como resposta possível. Tal constatação remete a Hanna Arendt (2009) quando esta afirma que a violência em seu caráter instrumental reflete a degradação dos sistemas de poder, sendo este considerado como possibilidade de um "fazer conjunto, gerador de mudanças". Procuramos dar conta deste imenso "passivo" social, através de parcerias diversas com instituições públicas e organizações civis, pois fomos adquirindo cada vez mais a convicção de que seu enfrentamento passa por uma ação articulada no e pelo conjunto, pela revisão constante de nossas teorias e práticas de intervenção.

Pensar os vínculos e o contexto social levanta inúmeros interrogantes e inquietações, mas uma dimensão essencial para sua reflexão diz respeito à ética, e a esta quero dar destaque

como eixo privilegiado. Badiou (2004), explicita que uma das correntes principais da ética contemporânea fala do outro, do reconhecimento do mal e da figura da vítima, mas nos alerta que a pedagogia da diferença pode ser "inócua" e "absurda", pois o que existe e sempre haverá são diferenças. Reflete que a ética tem um princípio básico: o de não CEDER, a exigência de continuar apesar de tudo, e que tal posição se configura como a imortalidade. A imortalidade não é uma promessa de uma vida sem limites, mas ao contrário, a atitude de não CEDER, quando se apresentam os limites da vida. A atitude ética de não ceder, se contrapõem a passividade, a vitimização. Manifesta-se no plano da AÇÃO, na Ecologia da Ação, que não depende apenas daquele que a exerce, mas também, dos contextos em que se insere e exige um trabalho contínuo de ligação e religação² (MORIN, 2005).

Neste sentido a religação é uma necessidade vital e um imperativo ético primordial do nosso tempo.

Referências

- ARENDDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2009
- ARENDDT, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.
- ABRAHAM, T., BADIOU, A. RORTY, R. **Batallhas Éticas**. [S.L.]: Nueva Visión, 2004.
- BANDEIRA, M. O Imaginário escravista-colonial nas relações escolares. **Rev. Em Aberto**, ano 14, n.61, jan/mar. 1994.
- CARVALHO, J. M. O Motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 38, São Paulo, 1998.
- MORIN, E. **O Método**. v. 6. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- PIVA, A. Abuso sexual: traumatismo e catástrofe psíquica. **Rev. da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre**, vol. 13., n. 2, 2011.

² A noção de religação, inventada pelo sociólogo Marcel Bolle de Bal, preenche um vazio conceitual dando uma natureza substantiva ao que só era concebido de forma adjetiva e um caráter ativo a esse substantivo. "religado" é passivo, "religante" é participante, "religação" é ativante." (MORIN, 2005, p. 210)

Ressonâncias

PIVA, A.; D'INCAO, D; COHEN, J.; LINHARES, K; BORGES FORTES, M. **Sobre a Violência**: Déficits na construção dos espaços íntimo, público e privado. [S.l.:s.n.], 2012.

SOUZA, M. Leituras sobre o público, o privado e o sujeito da ação configurado pela identidade individualizada. **Rev. espaço Acadêmico**, n. 62, 2006.

XAVIER, C. Imaginário Social. Cultura brasileira. **Diário Mackenzista**. 2008